# Ciclos Econômicos na Economia Dirigida

GOTTFRIED HABERLER \*

(Tradução de CÉLIA NEVES)

I

Alega-se, como uma das principais vantagens do planejamento econômico geral, que êste acabaria com os ciclos econômicos. Numa economia planificada, dizem seus defensores, eliminar-se-ia o desperdício das depressões recorrentes, cíclicas e — não é necessário acrescentar — não haveria lugar para o desemprêgo crônico e a estagnação secular. Talvez não houvesse emprêgo literalmente pleno, permanentemente, mas seriam banidos das economias planificadas o desemprêgo cíclico geral e, naturalmente, o desemprêgo geral de longa duração, dois males a que estão sujeitas as economias "maduras", não planificadas.

Terão essas alegações algum fundamento? Estará a economia planificada realmente imune a flutuações cíclicas? Ou nela ocorrem flutuações de natureza e duração diversas? Se de fato não há flutuação alguma, qual o preço — em têrmos de arregimentação, eficiência e progresso a longo têrmo — que a economia deve pagar por essa imunidade?

Ninguém pode negar que essas questões são importantes. Mas não são fáceis de responder. Na verdade são irrespondíveis, se quisermos manter os austeros e exigentes princípios de método científico que vêm governando os trabalhos do Bureau Nacional de Pesquisas Econômicas. Receio muito que seremos obrigados a abaixar substancialmente nossos padrões de rigor cien-

<sup>\* (</sup>Universidade de Harvard).

tífico e a cair em muita teorização, especulação e adivinhação, se quisermos dizer qualquer coisa sôbre o assunto!

Teremos, antes de mais nada, de esclarecer o que entendemos, exatamente, por "ciclo econômico". Logo depois será necessário, ainda, formar uma idéia acêrca do mecanismo causal que produz o ciclo. Sem ter uma idéia sôbre as fôrças que produzem as flutuações cíclicas, na atividade econômica, é impossível determinar se essas flutuações ocorrerão na economia planificada. Só poderíamos arriscar uma generalização, sem antes formar uma idéia sôbre as causas das flutuações cíclicas, se dispuséssemos de grande quantidade de material empírico sôbre as economias planificadas, isto é, se pudéssemos verificar se as economias planificadas de fato têm sido sujeitas a flutuações cíclicas, para depois investigarmos se é provável que essas causas se façam sentir num sistema planificado. E' fora de dúvida que o material existente sôbre êsses fatos é insuficiente para que se examine o problema dêste ângulo puramente empírico.

Segundo, precisamos decidir o que queremos dizer com "economia planificada". O conceito "economia planificada" é excessivamente vago para ser utilizado, com proveito, sem mais esclarecimentos e distinções quanto a seus diversos tipos. O que prevalece para uma economia de um certo desenvolvimento e tipo de planejamento pode não prevalecer, necessàriamente, para uma outra economia diferente.

TT

Comecemos com a definição que W. C. MITCHELL e A. F. BURNS oferecem para Ciclos Econômicos:

"Ciclo econômico é um tipo de flutuação encontrada no conjunto da atividade econômica de nações que organizam seu trabalho sobretudo em emprêsas comerciais e industriais: um ciclo consiste de expansões que ocorrem quase simultâneamente em muitas atividades econômicas, seguidas de retrocessos, contrações e renascimentos igualmente gerais, os quais se fundem na fase de expansão do ciclo seguinte; esta seqüência de modificações é recorrente mas não periódica; em duração, os ciclos econômicos variam entre mais de um

ano a dez ou doze anos; mas não são divisíveis em ciclos mais curtos, de caráter semelhante, e amplitudes correspondentes ao do ciclo maior."

Podemos tornar esta definição um pouco mais clara substituindo a expressão "flutuação encontrada no conjunto da atividade econômica" por "flutuações verificadas na produção real (volume físico da produção, renda nacional real), no emprêgo (medido pelo número de horas de trabalho) e no desemprêgo".

Quase não é necessário, a esta altura, entrar numa longa discussão sôbre as relações lógicas dêsses vários elementos, a exata definição de desemprêgo, a possibilidade de uma divergência dêsses critérios, a eliminação da tendência (trend) de produção e emprêgo, etc. Mas, para o propósito que temos em vista, cumpre salientar que a definição supra ainda é evidentemente ampla demais, já que inclui o que poderíamos denominar flutuações tecnològicamente determinadas na produção e no emprêgo (1).

Com isso quero dizer: a produção pode naturalmente flutuar em virtude de calamidades físicas ocorridas no processo produtivo, tais como terremotos, inundações, guerras, perda de colheitas, greves. As modificações verificadas na produção, no emprêgo e no desemprêgo, em virtude dessas causas, não constituem ciclos econômicos e, portanto, devem ser excluídas. Entretanto, isso não elimina a possibilidade de que tais ocorrências venham a afetar — num sentido ou no outro — o ciclo econômico pròpriamente dito. O fato de que possam, segundo as circunstâncias, influenciá-lo tanto para uma baixa ou uma alta, em outras palavras, que um terremoto ou uma perda de colheita, por exemplo, possa representar tanto um fator de expansão quanto de depressão, indica claramente que se trata de dois fenômenos inteiramente diferentes.

Assim também o desemprêgo pode ser criado por uma perturbação física: por exemplo, um acidente na produção, um colapso dos transportes, ou uma interrupção das importações de combustíveis ou de matérias primas, podem causar o fechamento das indústrias de transformação e fabricação e o desemprêgo. Por ciclo econômico entendemos as flutuações no conjunto da

<sup>(1)</sup> Não é a mesma coisa que "desemprêgo tecnológico", no sentido usual.

produção e do emprêgo que não são diretamente decorrentes de "causas puramente físicas", ou, exprimindo a mesma idéia de maneira positiva, que são intimamente ligadas a flutuações verificadas no conjunto da despesa (algumas vêzes denominado "procura efetiva") em relação ao nível de preços. Pràticamente falando, parece que tôdas as grandes flutuações da produção e do emprêgo têm-se associado às flutuações do movimento de despesas: a moeda e a renda real flutuam juntas, conquanto, naturalmente, não registem a mesma amplitude e não sigam a mesma tendência. Mas pode-se conceber flutuações no conjunto da produção e do emprêgo, mesmo com um movimento constante das despesas em dinheiro (procura efetiva, renda nacional em dinheiro): as flutuações no nível de preços (ou nível de custo, por exemplo nível de salários) podem provocar altas e quedas na produção real total. Mas neste caso uma tendência para a alta, nos precos, se associaria a uma tendência para a baixa, na produção, e vice-versa, conquanto a recíproca não seja sempre verdadeira. A fim de cobrir êsses casos, eu disse "flutuações na procura efetiva, em relação ao nível de preços". Se excluirmos êsses casos, como pràticamente destituídos de importância, tornam-se desnecessárias as explicações que sublinhei. Na realidade, todavia, os preços e a produção (produção como um todo) são quase sempre correlacionados de modo positivo. (Pequenas exceções ocorrem no ponto de flexão inferior, quando às vêzes acontece que os preços continuam a descer, enquanto a produção já ultrapassou o ponto de reversão.)

As causas geradoras dessas flutuações cíclicas, a estrutura interna do mecanismo cíclico, levantam tôdas as intrincadas questões da teoria do ciclo econômico. E' evidentemente impossível tentar, a esta altura, a construção de uma completa teoria do ciclo econômico. Mas não há dúvida de que os principais vilões da peça são as flutuações dos investimentos, quer do investimento para a formação de estoques, quer do investimento em capital fixo, construções e bens de consumo duráveis.

Grosso modo, são os seguintes os fatôres determinantes dos ciclos de investimento, verdadeiros blocos sôbre os quais se terá que erigir qualquer teoria:

 Fatôres exógenos: invenções e inovações. (O fato de os denominarmos exógenos não exclui a possibilidade de

- explicá-los ou pelo menos de explicar alguns dêles dentro dos limites de uma teoria parcialmente sociológica. Ver, por exemplo, a teoria de SCHUMPETER.)
- 2) Guerras, que criam um enorme volume de investimentos deferidos e fazem surgir aglomerações de investimentos, que tendem a recorrer em ondas mais espaçadas, através de bem conhecido mecanismo do ciclo de renovação.
- 3) Fatôres tecnológicos: durabilidade dos instrumentos, elevada proporção de capital em relação ao produto (princípio de aceleração, de certa forma).
- 4) A atitude de expectativa dos homens de negócios, as ondas de otimismo e pessimismo a que se refere PIGOU.
- 5) Mecanismo do crédito e política bancária.
- 6) Propensão para consumir e suas flutuações.

Pessoalmente, cada vez mais me impressiono com a importância do fator psicológico. Uma das razões é o fato, confirmado e realcado por experiências recentes, de que os próprios economistas sofrem fortemente a influência da fase cíclica em curso. Durante a "Grande Depressão" de 1930, a economia se tornou uma economia de depressão. Teòricamente o sistema de KEYNES não é, decerto, pura economia de depressão. Mas o relevante neste ponto é que a maioria dos adeptos de KEYNES projetaram a fase de depressão em plena inflação da guerra e do após--guerra. Quando tomaram conhecimento da inflação de após--guerra a fase de inflação estava quase encerrada. Muitos economistas novamente chegaram atrasados e recomendaram medidas anti-inflacionárias muitos meses depois de iniciada a primeira depressão de após-guerra. Assim o Conselho de Assessores Econômicos, no Relatório de janeiro de 1949, exprimiu a opinião de que "a política de estabilização, para o futuro imediato, ainda se preocupa sobretudo em restringir as fôrças inflacionárias" (pág. 74), quatro ou cinco meses depois que a inflação de precos tinha atingido o máximo e a depressão já seguia um curso bem adiantado. Se os próprios economistas — que. como cientistas desapaixonados, deviam observar as rotações cíclicas da economia com uma inteligência fria e objetiva — se deixam levar pelos acontecimentos e são induzidos a extrapolar no futuro, com atraso, a fase corrente do ciclo, não é plausível

que os verdadeiros atores da cena econômica, os homens de negócios, sejam sujeitos aos mesmos exageros de otimismo e pessimismo?

Repetimos, ainda não possuímos uma teoria geral do ciclo econômico. Mas creio que já podemos esboçar os elementos dessa teoria.

Comecemos com um movimento ascendente do tempo de paz. Este pode suceder a uma depressão ou a uma prosperidade de após-guerra, com uma insignificante depressão de permeio (2).

Qualquer que se a o caso, há sempre um atraso de investimentos; maior, decerto, no caso de uma prosperidade de após-guerra. Esse retardamento persistirá, durante certo tempo, na fase ascendente. Pràticamente, tôdas as teorias do ciclo descrevem o processo cumulativo de expansão como um estímulo mútuo para o investimento e o consumo; na moderna terminologia falamos de uma interação do multiplicador e do princípio de aceleração, mas a essência da matéria está contida na teoria pré-Keynesiana, por exemplo, no "processo de WICKSELL".

Os ingredientes  $\epsilon$  os pressupostos monetários do movimento ascendente foram analisados por dezenas de escritores: durante a depressão anterior ou a guerra precedente, a economia foi saturada com fundos líquidos e o sistema bancário foi colocado em situação de financiar o movimento ascendente. Há, usualmente, fatôres de intensificação: o movimento ascendente cria uma atmosfera de otimismo que, por sua vez, oferece um clima propício a novas aventuras e inovações que exigem mais investimentos a longo prazo. Ademais, as altas de preços levam a uma especulação de preços e a investimentos especulativos, para formação de estoques e outros fins. Esse tipo de investimento sem dúvida traz em si o germe de sua própria destruição.

Mas, mesmo deixando de parte a especulação de preços, as prosperidades não duram eternamente. Mais do que isto, nunca vão ter a um longo e estável "plateau" de pleno emprêgo (long lasting plateau of full employment). Assemelham-se a um ciclista, continuam marchando ou caem e são seguidos por uma depressão.

<sup>(2)</sup> Após a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, a prosperidade de após-guerra foi separada da prosperidade de guerra apenas por uma depressão muito acentuada, se é que podemos denominá-la depressão.

A mudança de prosperidade para depressão, de um movimento ascendente para um descendente, constitui o problema crucial do ciclo. Acredito que ainda carecemos de uma teoria especial, ou melhor, de mais de uma explicação dos pontos de reversão. O processo cumulativo é sempre essencialmente o mesmo, mas não podemos ter certeza de que a reviravolta é sempre provocada pelos mesmos fatôres (mesmo deixando de lado as possíveis perturbações externas ao sistema econômico) ou de que o mesmo sistema de equações das diferenças em relação ao tempo (diference equations) descreverá satisfatòriamente a reversão para cima, bem como a reversão para baixo.

Os teóricos do ciclo, de formação matemática e econométrica, não gostam desta idéia (3). Desejam que tôda a teoria do ciclo seja feita do mesmo material — "aus einem Guss" — e rejeitam, como eclética e deselegante, qualquer teoria que não produza tal sistema. Quem nos pode assegurar, porém, que a própria realidade não seja eclética? Quanto à elegância, podemos dizer, com BOLZMANN, que essas questões dizem respeito a alfaiates e sapateiros, e não a cientistas. Além disso, se os econometristas se esforçarem com vontade, poderão forjar teorias ecléticas em equações das diferenças em relação ao tempo! O sugestivo artigo de HICKS em *Econômica* (4) revela que a teoria matemática está comecando a alcancar a análise literária.

Os fatôres que causam o fim de um movimento ascendente cíclico (à parte perturbações puramente externas) são provàvelmente os seguintes:

1) A prosperidade pode simplesmente estancar, isto é, as oportunidades de investimento podem esgotar-se temporàriamente, transcorrendo algum tempo até que surjam novas oportunidades. Isso é evidentemente semelhante à teoria de Schumpeter, conquanto êste lhe dê um colorido ligeiramente diferente.

<sup>(3)</sup> Ver, por ex., a contribuição de METZLER para a The New Economics, onde defende a "corrente moderna" da teoria do ciclo, a qual, a seu ver, dispensa a necessidade de introduzir engarrafamentos e outros fatôres limitativos, para explicar o ponto de flexão superior.

Entretanto, o que êle denomina "corrente moderna" não passa de uma simples teoria da interação do multiplicador e da aceleração, na verdade simples demais para ser aceita como explicação satisfatória da realidade.

<sup>(4)</sup> New Series, vol. 16, Maio 1949, "MR. HARROD'S, Dynamic Theory".

- 2) Num certo sentido, um caso especial é o mecanismo de estoque, de METZLER.
- 3) A prosperidade pode atingir o teto do emprêgo pleno. E' fácil demonstrar por que o sistema será lançado a uma depressão, ao invés de permanecer durante um longo período no nível de emprêgo pleno. Também é fácil substituir um teto rígido por "uma zona de resistência crescente" (HICKS), engarrafamentos e obstáculos similares.
- 4) Outra possibilidade, de importância especial nos dias de hoje época de sindicatos agressivos e de frouxa política monetária é que a inflação de preços se manifestará, muito antes que se atinja o emprêgo pleno. Se a inflação é então detida, mediante restrições de crédito e aplicação da política fiscal, surge uma depressão, como conseqüência imediata e natural.

O movimento descendente, o processo cumulativo de contração, é da mesma natureza que o movimento ascendente, com sinais contrários, e o ponto de reversão inferior (recuperação) apresenta problemas semelhantes aos do ponto de reversão superior, sendo, igualmente, sujeito a mais de uma explicação.

Parece que são os seguintes os elementos essenciais de todo o processo cíclico — à parte os inevitáveis fatos tecnológicos: a produção leva tempo e para cada unidade de produção são necessárias quantidades sempre maiores de capital fixo:

O investimento é, pelo menos parcialmente, engrenado ao movimento do sistema (princípio da aceleração em sentido lato).

O investimento é governado pelo desejo de lucros e pela expectativa. Se o investimento perseguisse um objetivo de longo alcance, independente das flutuações a curto prazo da produção, a situação seria inteiramente diversa.

O investimento em estoques, especialmente, é muito volátil. As pesquisas fundamentais de Abramovitz confirmaram a conclusão de Hansen, de que o investimento em estoques é responsável por uma parte muito substancial das flutuações da produção total — sendo capaz, por si só, de explicar o que Schumpeter denomina o ciclo de Kitchin, e Hansen o ciclo menor.

Sem dúvida uma condição indispensável ao ciclo econômico é que a oferta de moeda e crédito tenha capacidade para expan-

dir-se. Mas muito poucos estudiosos estariam dispostos a tentar, hoje, uma completa explicação do ciclo, em têrmos de medidas e políticas monetárias e bancárias.

## III

Temos agora que aplicar aos sistemas planificados a análise das fôrças que, na economia de livre iniciativa, conduzem a flutuações cíclicas. Que entendemos, todavia, precisamente, por economia planificada? Que espécie de planejamento temos em mente?

A palavra "planejamento" significa hoje muitas coisas, para muitas pessoas. Num extremo temos a economia completa e centralmente planificada, do tipo russo — ou melhor, como supomos que a economia russa seja organizada e administrada. Observadores competentes afirmam que o verdadeiro planejamento central é impossível, não passando de um mito a crença de que a economia russa é planificada centralmente. (Ver, por exemplo, MICHAEL POLANYI, Free Trade and Employment.)

No outro extremo temos o caso da economia de livre iniciativa, aparelhada com uma forte política contra-cíclica — monetária, bancária e tributária. O atual sistema norte-americano pertence a esta categoria. Alguns economistas denominam essa política de "planejamento" (por exemplo, S. E. HARRIS no recente livro *Planning*). Outros a isso objetariam. Qualquer que seja a opinião de cada um, não tomarei em consideração êsse caso, no presente artigo; assim como também não me referirei muito ao outro extremo, à economia plena e centralmente planificada do tipo russo. Tratarei de tipos intermediários, de economias "controladas" ou "planificadas" nos moldes da economia alemã sob o regime nazista ou da Grã-Bretanha de hoje (5): as in-

<sup>(5)</sup> É surpreendente que sejam tão pequenas as diferenças entre os métodos de contrôle econômico da Alemanha Nazista e da Grã-Bretanha Trabalhista. De fato, o próprio SCHACHT parece ter sido um Schachtiano menos convencido que seus imitadores e admiradores inglêses. Mas admitindo-se a) o postulado do emprêgo pleno, b) as insaciáveis exigências do Govêrno e do Partido e as conseqüentes pressões inflacionárias, c) uma moeda supervalorizada, d) o postulado de que o nível de preços deve ser mantido constante, — SCHACHT só podia fazer o que de fato fêz.

No conjunto, o sistema econômico nazista parece ter funcionado melhor, em tempo de paz, que o atual sistema britânico. A razão não é que a Grã--Bretanha é uma democracia, ao passo que SCHACHT podia lançar mão dos poderes

dústrias pesadas, os transportes, os serviços de utilidade pública, o comércio exterior, estão parcialmente nacionalizados, em parte sujeitos a rigoroso contrôle; há um severo contrôle do crédito, contrôle direto do investimento, contingentamento de matérias primas e equipamentos econômicamente estratégicos; há, além disso, contrôle de preços e salários e, possívelmente, racionamento do consumo.

Poderia verificar-se um ciclo econômico numa economia organizada nestes moldes? Poderiam as fôrças e fatôres que produzem o ciclo, numa economia de livre iniciativa, manifestar-se em tal economia planificada e, caso afirmativo, quais seriam as conseqüências?

Não há dúvida de que nas economias planificadas ocasionalmente surgem situações que, numa economia capitalista livre, conduziriam a uma depressão mais ou menos prolongada. Tomemos, por exemplo, uma típica situação de após-guerra. A guerra criou um grande acúmulo na procura de investimentos para estoques, casas, instalações e equipamentos industriais, etc. A prosperidade de após-guerra provàvelmente conduzirá a uma inflação de preços de certa gravidade, dependendo esta dos métodos de financiamento da guerra e da energia com que se combata a inflação, mediante medidas monetárias e fiscais. Não se pode negar que a gravidade da reação depressiva que sucede à prosperidade dependerá, pelo menos em certa medida, do grau de inflação concomitante: quanto mais se refreia a inflação, mais longo será o período durante o qual se distribui o reabaste-

de polícia de uma ditadura implacável. A democracia na Grã-Bretanha é certamente de inestimável valor, sobretudo porque mantém viva a esperança de uma modificação pacífica na política. Mas ainda não criou obstáculos ao Govêrno Trabalhista, em sua política de arregimentação econômica. Parece que as verdadeiras razões do comparativo sucesso do sistema econômico nazista são as seguintes: a) Hitler ganhou de scus predecessores o inestimável ativo representado por muitos milhões de desempregados, que o habilitaram a fornecer ao povo alemão, durante longo tempo, fusis e manteiga ao mesmo tempo, enquanto o Govêrno Trabalhista estava sobrecarregado com deslocamentos de guerra. Não se deve esquecer, porém, que êste Govêrno também recebeu um excelente dote, representado por um sistema de contrôle herdado da guerra, que funcionava esplêndidamente, e pela possibilidade de utilizar alguns milhões de homens desmobilizados, prontos para serem encaminhados aos canais competentes. b) O sistema nazista não foi perturbado pelas práticas restritivas e retardatórias de sindicatos poderosos. Estava em melhores condições para resistir às exigências de salários mais elevados e menos horas de trabalho. Não foi perturbado por greves e conseguiu manter a eficiência em nível elevado.

cimento de capital à economia e mais benigna será a reação seguinte (6).

Todavia, nessas circunstâncias a inflação é quase inevitável; mesmo que, por medidas heróicas, esta seja inteiramente evitada, ainda assim não existe garantia de que, satisfeita a procura de capital para a renovação (7), a transição para outros tipos de investimentos se fará suavemente.

Situação semelhante pode surgir fàcilmente, ligada a uma prosperidade de tempo de paz (SCHUMPETER), propulsionada por algum novo tipo de investimento. Ou a procura de renovação de após-guerra pode ser fàcilmente combinada com uma prosperidade intensiva, decorrente da procura de capitais para inovações. Um bom exemplo é a prosperidade de JUGLAR em 1920, alimentada por uma combinação de investimentos de após-guerra e de investimentos exigidos pela rápida motorização do país. Em todos êsses casos, os investimentos se acumulam; consequentemente, há uma temporária falta de oportunidades de investimentos, a qual provàvelmente importará numa depressão mais ou menos prolongada.

Que medidas tomaria uma economia planificada para debelar essa situação? Ou há razões para supor que essa situação nela não ocorreria?

Seria gratuito, seria mesmo petição de princípio dizer que numa economia planificada essa situação não se verificaria, porque o supremo conselho econômico (não importa a denominação do órgão encarregado do planejamento) controlaria todo o campo econômico e, portanto, não cometeria o êrro de super-investimento geral ou parcial. Isso não é verdade numa economia centralmente planificada e muito menos no tipo intermediário de que tratamos. Em primeiro lugar, não precisa haver super-investimentos, no sentido de que a expectativa demasiado otimista da futura procura de um determinado produto conduziu a excesso de investimento e a excesso de capacidade, em alguns ramos da indústria. Assim, por exemplo, a rápida renovação do

(7) "Renovação" no sentido histórico, comparado com a situação de antes da guerra, o que, na verdade, é equivalente à procura de novo capital, no sentido corrente.

<sup>(6)</sup> O resultado depende, porém, não só do nível da alta de preços mas sobretudo do movimento relativo de salários e lucros. Não precisamos, para o objetivo que temos em mira, aprofundar o sentido dessas relações.

capital consumido e destruido pela guerra não precisa ser irracional e errônea, neste sentido; pode, não obstante, depois de terminada, deixar temporàriamente insuficiente procura de investimento. Em segundo lugar, não há garantia de que os órgãos públicos sejam imunes ao super-investimento, no verdadeiro sentido da palavra. Não existem provas de que êsses órgãos possuem maior capacidade para prever a procura futura, comparados com os homens de negócios da livre iniciativa. Pelo contrário, comeca-se a acumular provas de que êles são passíveis de cometer os mesmos erros, de super-estimar as deficiências existentes e a procura futura, erros ocasionalmente cometidos pelos produtores particulares e muitas vêzes atribuídos à "ilusão da concorrência" ou a outros fatôres semelhantes. Basta atentar para a controvérsia entre as autoridades públicas e os produtores particulares, sôbre a capacidade da produção de aço nos Estados Unidos. controvérsia que se vem prolongando nos últimos anos. Agora parece bem claro que se a indústria do aço tivesse seguido o conselho dos planejadores públicos, teria agravado a escassez de aço durante os anos de prosperidade e, ao mesmo tempo, criado excesso de capacidade, mais tarde. Em outras palavras, as flutuacões cíclicas teriam sido acentuadas (8). As experiências britânica e francêsa levam à mesma conclusão. Parece que as reações cíclicas dos diretores das indústrias nacionalizadas e dos planejadores governamentais estão até sujeitas a piores excessos de otimismo que as dos produtores particulares. A escassaz temporária, após a guerra, provocou estimativas excessivas quanto à necessidade de maior capacidade. E' notório que, na escala internacional, o "planejamento" nacional redundou, em anos recentes, em tremenda duplicata, acarretando graves erros na orientação de investimentos em muitos ramos da indústria, em tôda a Europa. E' bem verdade que seria possível evitar os erros mais graves, mediante o planejamento internacional e a coordenação, no terreno internacional, dos planos nacionais. Não cabe, no presente artigo, discutir se o planejamento internacional é viável, do ponto de vista político. Mas sem dúvida os fatos demonstram o

<sup>(8)</sup> Parece que isso é verdadeiro, ainda que se evite uma depressão desnecessária. Por outro lado, as autoridades encarregadas do planejamento podem vir a ter razão, com o correr do tempo, se se levarem em consideração as contingências de guerra.

que era de se esperar — os planejadores não só não são infalíveis como possuem menos visão que os capitalistas particulares.

Admitamos, pois, que as situações acima descritas — as quais conduziriam a uma onda de depressão, na economia de livre iniciativa — também podem surgir nas economias planificadas. Seriam diferentes as suas conseqüências?

O que se pode prever é que, por mais sérios que sejam os desajustamentos ocorridos durante um período de prosperidade. ou por maior que seja a falta imediata de boas oportunidades de investimento, uma economia planificada não permitiria que o processo cumulativo de contração se desenvolvesse muito. Mesmo que seja muito desfavorável a reação do setor privado da economia planificada, tudo faz crer que uma economia planificada adotará com grande energia uma política de combate à depressão: a) não só eliminará tôda a indesejável "deflação secundária" mas também evitará ou adiará indevidamente as necessárias e desejáveis correções dos desajustamentos (maus investimentos) que originaram a contração; ou b) se não houver ocorrido má aplicação de capitais, mas apenas um temporário estancamento das oportunidades de investimento, o investimento em ramos poucos promissores continuará, com o indevido retardamento da procura de novas oportunidades.

Vou repetir e ampliar o que acabo de dizer. Meu argumento é duplo.

1) Numa economia planificada não se permitirá que o processo cumulativo de contração se desenvolva, ou então o mesmo será ràpidamente sustado. Em parte, porque os setores públicos da economia provàvelmente reagirão de maneira diferente e, em parte porque serão adotadas enérgicas medidas contra a depressão. Não é provável que nos setores nacionalizados o investimento se retraia ràpidamente, quando as perspectivas se apresentam um pouco menos favoráveis. A liquidação dos estoques provàvelmente não será realizada com grande vigor. Por outro lado, se surge uma contração no setor privado, a economia planificada ou a economia controlada está em melhor posição, comparada com a economia de livre iniciativa, para estabelecer prontamente as medidas de combate à depressão. Quanto maior fôr o

setor público da economia e quanto mais rigoroso fôr o contrôle sôbre o resto, tanto mais fácil será agir prontamente, de modo a compensar qualquer redução no conjunto da despesa ("procura efetiva"), em algumas partes do sistema.

 O outro lado da medalha é que os reajustamentos e a redistribuição dos recursos produtivos — medidas necessárias e desejáveis — serão retardados ou talvez indefinidamente adiados.

#### IV

Sei perfeitamente que estou palmilhando um terreno movediço. Para defender a teoria das depressões cíclicas ou de todo o ciclo, contra as objeções que possa suscitar, seria necessário oferecer provas mais abundantes e defesa mais completa que as que posso dar, nos limites dêste artigo. Além disso, a questão das vantagens e desvantagens do planejamento econômico geral contém uma grande carga emotiva. Evidentemente êste artigo não constitui boa oportunidade para discutir essas questões mais aprofundadamente. Nosso propósito é muito mais restrito, é técnico. Mas certas de suas decorrências mais amplas são óbvias e inevitáveis.

Tentarei, portanto, resumir da maneira mais sucinta e mais clara possível o que venho me esforçando por dizer.

A teoria ou a filosofia do ciclo econômico pode ser melhor explicada se nos concentrarmos em sua fase de depressão. A depressão cíclica, tal como a concebo, tem, por assim dizer, dois aspectos. Por um lado — e êste é o aspecto mais importante — é uma deflação geral. Mas raramente é uma deflação pura e simples. Quer dizer, a deflação originou-se, em muitos casos, com um desajustamento real, um desequilíbrio na estrutura da produção, isto é, uma super-expansão de alguns ramos da indústria e sub-expansão de outros. Para corrigir essa situação, cumpre redistribuir os recursos produtivos, transferir mão de obra e capital de alguns ramos da indústria para outros. Essa transferência se faz acompanhar de uma deflação geral. Os dois processos — a deflação e a correção do desequilíbrio estrutural são inter-relacionados e desenvolvem-se concomitantemente.

Na literatura especializada podemos distinguir três correntes, quanto a êsses problemas. Há, primeiro, os que realçam o desequilíbrio real, excluindo a deflação geral; ignoram a última ou a consideram de nenhuma importância, de certo modo um acompanhamento inevitável da perturbação real do desequilíbrio da estrutura de produção.

Segundo, temos os que vêem a essência da depressão na deflação geral, acreditando que qualquer desequilíbrio real, caso existente, se regulará automàticamente, se a procura efetiva fôr mantida, se não se permitir que a deflação geral se desenvolva.

Terceiro, temos os que dão igual importância aos dois aspectos, acreditando que nenhum dêles pode ser negligenciado. Esta é a posição que assumimos no presente artigo.

A primeira escola ou ignora a deflação ou acredita que contra ela nada se pode fazer, sem perpetuar, re-criar ou mesmo acentuar o desequilíbrio real básico.

A segunda escola encara a deflação como totalmente desnecessária e patológica.

O terceiro grupo acredita que a deflação vai muito além do que se poderia justificar com a alegação de que ajuda a corrigir o desequilíbrio básico. Suponhamos que haja êste desequilíbrio. A indústria A está super-expandida, em comparação com a indústria B. Isso exige a transferência de recursos produtivos de A para B. E' de esperar que a correção tome a forma de prejuízos, desemprêgo, deficiência de procura e queda de preços na indústria A; de vigorosa procura, lucros elevados, alta de preços e prosperidade na indústria B. Contudo, o que presenciamos em tôda depressão cíclica é desemprêgo geral e queda de preços por tôda parte (9).

E' difícil conceber como uma deflação geral pode facilitar a transferência de recursos. Pelo contrário, é evidente que a impede. Se não só a indústria A entra em fase de depressão, mas também a indústria B, esta não pode atrair recursos de A. A única verdadeira função de uma deflação geral e do desemprêgo geral que esta engendra, é a seguinte: o desemprêgo pode ser necessário a) para conter a inflação resultante de uma con-

<sup>(9)</sup> Dos economistas que pertencem ao primeiro grupo o Professor HAYEK foi o que viu o dilema com maior clareza. Procurou resolvê-lo mas sem sucesso, na minha opinião.

tínua pressão dos sindicatos, a fim de obter aumentos de salários que excedem o aumento da eficiência e b) para manter a eficiência, também ameaçada no regime de emprêgo pleno ou super-pleno (10).

À parte essas duas condições, que devem ser corrigidas na fonte, uma deflação geral não pode ter nenhuma função útil (11). O argumento do presente artigo é que não só não existe garantia mas nem mesmo probabilidade de que uma economia planificada consiga evitar os desajustamentos, ou os erros de cálculo e de aplicação dos recursos produtivos, que na economia capitalista produzem depressões. Criaria provàvelmente seus próprios desequilíbrios e seria ineficiente e lenta para corrigi-los.

Por outro lado, uma economia planificada não permitiria o desenvolvimento de uma depressão geral; se esta apresentasse ameaças de irromper em seu setor privado, a economia planificada estaria em boa posição para combatê-la vigorosamente e não hesitaria em fazê-lo. O resultado é que não haveria ciclo econômico, tal como o conhecemos, ou que o mesmo seria extinto no nascedouro.

Seria muito interessante investigar as decorrências do que dissemos, no tocante às questões mais gerais da alegada superioridade da economia planificada. A resposta dependerá, em grande parte, da resposta que se der às duas questões seguintes: primeiro, até que ponto podem a iniciativa livre, não planificada, e a economia de preço, atenuar, mediante a política fiscal e monetária, o desperdício das depressões cíclicas? Pessoalmente, diria que isso é bem possível; o que denominamos "inflação secundária" pode ser reduzido a proporções mínimas, através da política monetária e fiscal (12). A segunda questão é saber como o planejamento afeta o progresso e a eficiência, com o correr do

<sup>(10)</sup> b) está incluído em a) se por "salários" queremos dizer "salários de eficiência": pois os salários de eficiência sobem quando a eficiência cai.

<sup>(11)</sup> Como meio de redistribuir a renda (por exemplo, para corrigir as iniquidades produzidas pela inflação precedente) a deflação é uma medida rudimentar, imprecisa e cara. Além disso, cumpre observar que deflação e queda de preços não são sinônimos. Uma queda de preços, em virtude de colheitas mais abundantes ou de progressos tecnológicos introduzidos nos métodos de produção não deve ser classificada como deflação.

<sup>(12)</sup> A única exceção é que talvez seja necessário conservar um certo volume de desemprêgo, de modo a manter a eficiência e a evitar que se crie uma inflação, com os contínuos aumentos de salários.

tempo. Mas esta questão escapa evidentemente do âmbito do presente artigo e de nossa Conferência.

## SUMMARY

### BUSINESS CYCLES IN A PLANNED ECONOMY

At the beginning of his article, the Author states: "One of the main advantages claimed for comprehensive economic planning is that it would do away with the business cycles. In a planned economy, its advocates say, the waste of recurrent and cyclical depressions would be eliminated. Needless to say there would be no room for chronic unemployment and secular stagnation. There may not be literally full employment all the time, but general cyclical unemployment and, of course, general long run unemployment from which unplanned "mature" economies are supposed to suffer are effectively barred from planned economies."

After exposing his doubts about the basis of this statement, the Author methodically establishes an analytic judgment of business cycles and planned economy. He recognizes the delicacy of the subject and says: "The underlying theory of cyclical depressions or of the business cycles as a whole requires more proof and more elaborate defense against possible objections than can be provided within the frame of this paper. Moreover, the whole issue of the advantages and disadvantages of comprehensive economic planning is one highly charged with emotion." This paper, he explains, is surely not the place for a thorough discussion of these issues. Its subject is a much narrower and technical one. But certain implications for the broader issues are obvious and unavoidable.

The underlying theory of phylosophy of the business cycle, says the Author, may be conveyed by concentrating on its depression phase, which has two aspects. On one hand — and this is the more important feature — a general deflation. But it is seldom a deflation pure et simple, i.e., the deflation started, in most cases, by a real maladjustment, a disequilibrium in the structure of production, an overexpansion of some and underdevelopment of other branches of industry.

This condition requires for its correction a reshuffling a productive resources, a transfer of labor and capital from some branches of the economy to others, a transfer which is associated to a general deflation. The two processes, the deflation and the correction of the structural desequilibrium, are interrelated and take place at the same time.

The Author concludes that there is no assurance nor even a likelihood that a planned economy would avoid such maladjustments, miscalculations and disdirections of productive resources which in the capitalist economy produce depressions. It would probably create its own desequilibria and would not only be inefficient but also slow in correcting them.

On the other hand, a planned economy would not allow general depression to develop and if such depressions threatened to develop in the private sector of a planned economy, the planned economy would be in a good position and would surely not hesitate to counteract vigorously. The upshot is that there would be no business cycle as we know it or that it would be stopped in its track.

It would be interesting to investigate the implications of what has been said for the broader issues about the alleged superiority of a planned economy. The outcome will largely depend on the answer to the following two questions: First, to what extent is it possible in an unplanned free entreprise and price economy to mitigate the wastes of cyclical depression by means of monetary and fiscal policy?

Personnally the Author believes that this can be done to a very large extent: that the so-called "secondary deflation" can be reduced to minor proportions by monetary and fiscal policy. The second question is how planning affects long run progress and efficiency. But this is a question which is clearly outside the scope of the present paper.

## RÉSUMÉ

LES CYCLES ÉCONOMIQUES DANS UNE ÉCONOMIE PLANIFIÉE

L'Auteur commence son article en déclarant: "Un des principaux avantages d'un plan complet d'économie est l'élimination des cycles économiques. Dans une économie planifié, disent les défenseurs de ce système, les pertes de "recurrent" et les dépressions cycliques seraient évitées et, par conséquent, le chômage chronique et les stagnations à longue durée n'y trouveraient pas de place. Il est possible qu'il n'y ait pas d'emploi pour tous tout le temps, mais le chômage cyclique et, naturellement, les longues périodes de chômage qui atteignent les économies déjà mûres sont éliminées dans les économies planifiées."

L'Auteur se montre sceptique quant aux bases de ces affirmations et il donne ensuite un exposé méthodique du concept analytique des cycles économiques et de l'économie planifiée.

Il poursuit en expliquant qu'il s'engage sur un terrain délicat. La théorie fundamentale des dépressions cycliques ou des cycles économiques exige, dans son ensemble, plus de preuves et des plaidoyers plus complexes qu'il ne pourrait donner dans un article. De plus, les avantages et les désavantages d'un plan économique sont, dans leur ensemble, très subjectifs. L'Auteur reconnaît que leur discussion serait déplacée dans cet article dont le sujet est plus spécifique et essentiellement technique. Mais certains points de la discussion, dit-il, sont évidents et inévitables et il les résume de manière claire et précise.

La théorie ou la philosophie basique des cycles économiques peut être mieux comprise en expliquant la phase de dépression. Selon l'Auteur, la dépression cyclique aurait, pourrait-on dire, deux phases. La première et la plus importante est celle de la déflation générale. Toutefois, il s'agit rarement d'une déflation pure et simple. En d'autres mots, la déflation, dans la plupart des cas, commence avec un désajustement réel, un déséquilibre de la structure de la production, c'est-à-dire, une surexpansion de certains secteurs de l'industrie et un sous-développement d'autres. C'est une situation qui exige, pour sa correction, une espèce de refonte des ressources de la production, un transfert de main d'oeuvre et de capital de certains secteurs de l'économie vers d'autres. Ce transfert est suivi d'une déflation générale. Les deux processus — la déflation et la correction du déséquilibre de structure — sont liés l'un à l'autre et se font simultanément.

L'Auteur termine en affirmant qu'il n'est nullement sûr qu'une économie planifiée puisse éviter ce désajustement, ces erreurs et l'égarement des ressources de production qui provoquent les dépressions dans l'économie capitaliste. Il est probable, dit-il, que l'économie planifiée finira par créer ses propres déséquilibres et qu'elle ne soit pas assez efficace pour les corriger rapidement.

D'un autre côté, ajoute-il, une économie planifiée ne permettrait pas le développement de dépressions génerales et si une dépression menaçait de se produire dans un secteur quelconque l'économie planifiée serait en mesure d'en neutraliser les effets et ne manquerait certainement pas de le faire. L'essentiel est l'élimination des cycles économiques, tels que nous les connaissons, ou du moins la possibilité de les arrêter en route.

L'Auteur remarque ensuite qu'il serait extrêmement intéressant de rechercher les déductions à tirer de ce qui vient d'être dit dans cette discussion générale de la soi-disant supériorité de l'économie planifiée. A son avis, le résultat dépendra en grande partie de la réponse aux deux questions suivantes:

1.º) A quel point est-il possible, dans une entreprise libre, non planifiée et dans une économie de prix, de modérer les pertes d'une dépression cyclique au moyen d'une politique monétaire et fiscale?

Personnellement il estime que celà peut se faire dans une large mesure. Ce que nous appelons la "déflation secondaire" peut se réduire, dit-il, à des proportions minimes, grâce à la politique monétaire et fiscale.

2.°) Commen<sup>+</sup> la planification affect-t-elle le progrès et l'efficacité pendant une période de temps assez prolongée?

C'est là, dit-il, une question qui échappe évidemment aux objectifs de son article.